

Trabalho apresentado no 25º CBCENF

Título: FRAGILIDADES NO ATENDIMENTO À PESSOA TRANSEXUAL E TRAVESTI NA ATENÇÃO BÁSICA: REVISÃO INTEGRATIVA

Relatoria: Cianny Ximenes Rodrigues Silva
Herculano Rodrigues Silva
Jhennyfer Kerllen Pereira Martins

Autores: Wallace Carlos de Sousa
Hugo Araujo Salis
Catilena Silva Pereira

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Dimensão ético política nas práticas profissionais

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: Em 2013 o Ministério da Saúde instituiu a portaria nº 2.803 que redefine e amplia o processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O Art 2º aborda a atenção básica em saúde como a porta de entrada para o processo de atendimento a pessoa trans, sendo responsável pelo cuidado contínuo, incluindo o "acolhimento e humanização do atendimento livre de discriminação, por meio da sensibilização dos trabalhadores e demais usuários e usuárias da Unidade Básica de Saúde (UBS) para o respeito às diferenças e à dignidade humana". Entretanto, a comunidade trans e travesti se encontra a margem dos princípios de integralidade dos serviços de saúde nas UBS. **Objetivo:** Abordar as fragilidades existentes na atenção básica quanto ao atendimento à pessoa trans e travesti. **Metodologia:** Revisão integrativa, em que se utilizou as bases de dados Medline/Pubmed e Web of science, aplicando os seguintes Descritores em Saúde: Transexual; População Transgênero; Travestismo; Acesso a saúde; Sistema Único de Saúde; Atenção Básica; Acolhimento. Incluiu-se artigos entre 2015 a 2023, que abordassem as fragilidades e desafios encontrados que a pessoa trans e travesti enfrenta na atenção básica. **Resultados:** Existe um preconceito por parte dos profissionais da saúde a utilizarem o nome social da pessoa trans ou travesti além de tratamento diferente para o público, bem como comentários discriminatórios realizados pela equipe segundo relatos descritos nos estudos revisados. Ademais, no contexto do Sistema Único de Saúde se observa o despreparo da equipe de saúde quanto ao treinamento ou acesso à informação e preparo para o atendimento dessa minoria. **Considerações finais:** Apesar de um direito universal, a saúde da comunidade trans ainda é negligenciada. Vê-se a necessidade da capacitação dos profissionais de saúde da atenção básica sobre questões de gênero e o cuidado especializado a este público.